



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679923 - RJ (2021/0218406-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : HIAGO DA CRUZ GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIAGO DA CRUZ GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0016076-65.2021.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pelo cometimento, em tese, do delito tipificado no art. 157, § 2º, VII, do Código Penal.

A impetrante aponta ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva.

Alega, ainda, "morosidade processual injustificada e a consequente omissão do Estado na prestação jurisdicional, caracterizado está o constrangimento ilegal sofrido pela Paciente, sendo imperativo o relaxamento da prisão nos termos do artigo 648, II do Código de Processo Penal" (fl. 12).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, "para permitir que o Paciente aguarde o julgamento do presente writ em liberdade provisória; ou, sucessivamente, em estabelecimento compatível com as regras do regime semiaberto, sob pena de perpetrar este irreparável prejuízo" (fl. 18).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente